

# O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE

---

# RECUPERAÇÃO JUDICIAL



# SUMÁRIO

## Recuperação Judicial

<u>Introdução</u>	02
Recuperação judicial e falência não são a mesma coisa?	
<u>Uma história sobre recuperação judicial</u>	03
<u>Objetivos da recuperação judicial</u>	06
<u>Principais Dúvidas</u>	08
Perguntas e respostas para deixar ainda mais evidente a importância do tema	
<u>Sobre a LBZ</u>	12
Quem somos e como ajudamos nossos clientes a chegarem mais longe	



# RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA NÃO SÃO A MESMA COISA?

Em meio à complexidade do cenário empresarial, é comum que as pessoas confundam os conceitos de recuperação judicial e falência. No Brasil, especialmente, essa confusão é bastante recorrente. Para esclarecer esse equívoco, é importante conhecer a finalidade de cada um e realizar uma análise comparativa da cultura empresarial brasileira e, talvez até compará-la com a de outros países, a fim de compreender as razões subjacentes a essa percepção equivocada.

A recuperação judicial e a falência são mecanismos distintos utilizados pelas empresas para superar momentos de crise financeiras. Embora ambos sejam processos relacionados a empresas com dificuldades, eles possuem diferenças significativas em termos de objetivos, procedimentos e consequências.

A recuperação judicial é um mecanismo legal disponível para empresas que enfrentam problemas financeiros, mas que ainda possuem perspectivas de recuperação. Esse processo busca reestruturar as dívidas e as operações, viabilizando sua continuidade. Durante a recuperação judicial, a empresa apresenta um plano de reorganização que precisa ser aprovado pelos credores e pelo poder judiciário. O objetivo é superar a crise e garantir a manutenção do negócio.

**Em conclusão, a confusão entre recuperação judicial e falência é influenciada por diferentes perspectivas técnicas dos processos e culturais em relação ao insucesso empresarial. Enquanto o empresário norte-americano tende a encarar a falência como uma oportunidade de aprendizado e recomeço, o empresário brasileiro muitas vezes a vê como um fracasso pessoal. Superar essa confusão requer esforços e exige uma reeducação sobre as vantagens da recuperação judicial, bem como a simplificação da legislação e a disseminação de informações claras e acessíveis sobre o tema.**

---

## **UMA HISTÓRIA SOBRE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Roberto e Carlos são sócios em uma construtora. Começaram com um pequeno negócio e, com muito esforço e dedicação, transformaram a ideia inicial em uma das cinquenta maiores empresas deste seletto mercado.

Como em qualquer jornada empresarial, nem tudo foi apenas de sucesso. A construtora enfrentou desafios ao longo do caminho, mas os sócios, sempre determinados, encontravam soluções criativas para superar tais obstáculos.

No entanto, com o tempo, a construtora atingiu um ponto crítico. Vários fatores externos, como a crise da pandemia da Covid-19 e mudanças no mercado, afetaram a empresa de forma significativa. Os projetos em curso começaram a diminuir, as dívidas se acumularam e a construtora passou a enfrentar dificuldades financeiras.

Atualmente estão enfrentando uma grave crise econômico-financeira e lutam com a crescente dívida que o seu negócio acumulou desde a pandemia. Apesar dos melhores esforços, ainda não foi possível encontrar soluções que pudessem colocar a construtora no antigo caminho.

Roberto e Carlos tentaram várias estratégias para reverter a situação. Cortaram despesas, buscaram novos clientes e tentaram reorganizar suas operações. No entanto, essas medidas não foram suficientes para resolver os problemas.

Foi então que ouviram falar sobre a recuperação judicial de uma concorrente, líder de mercado. E, apesar de entenderem que essa também poderia ser uma saída para a sua construtora, Roberto e Carlos se depararam com o estigma e preconceito associados à esta ferramenta. Muitos de seus conhecidos acreditavam que a recuperação judicial era um sinal de fracasso e que, ao optar por esse caminho, a construtora teria um impacto em sua reputação e estaria fadada ao colapso.

Com a piora da situação, Roberto e Carlos decidiram procurar ajuda profissional. Eles encontraram um advogado especializado em recuperação judicial, como a LBZ, e começaram a entender que a recuperação judicial não representava o fim da construtora, mas sim uma ferramenta legal para reorganização das dívidas e busca de uma nova chance de retomada do crescimento.

Com o apoio do especialista, Roberto e Carlos iniciaram a preparação para um futuro processo de recuperação judicial. Foi desenvolvido um plano de recuperação viável, que incluía renegociação das dívidas acumuladas, redução de custos e busca por novas fontes de receita.



Durante o processo de recuperação judicial, Roberto e Carlos enfrentaram desafios e obstáculos, mas nunca desistiram. Eles acreditavam no potencial da construtora e no trabalho árduo que haviam investido ao longo dos anos.

Com o tempo, o projeto de recuperação começou a mostrar resultados. A empresa conseguiu renegociar suas dívidas com os credores, reduziu seus custos operacionais e encontrou novas oportunidades de negócios.

À medida que o negócio se reerguia, Roberto e Carlos perceberam que a recuperação judicial não era um sinal de fraqueza ou um indicativo de quebra, mas sim um meio de se reinventar e voltar ao caminho do sucesso. Eles apreenderam valiosas lições ao longo do processo e desenvolveram uma resiliência ainda maior.

Hoje, a construtora está mais forte do que nunca. A recuperação judicial permitiu que a empresa superasse as dificuldades financeiras, fortalecesse sua posição no mercado e continuasse a crescer.

A história da construtora de Roberto e Carlos é um exemplo de como a recuperação judicial pode ser uma ferramenta eficaz para empresas em crise. Com determinação, orientação de profissionais como os da LBZ e a capacidade de enfrentar os desafios, é possível superar as adversidades e alcançar o sucesso novamente.



## OBJETIVOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A recuperação judicial é um processo que tem como objetivo permitir a reorganização econômico-financeira de uma empresa em crise, visando a superação das dificuldades e a continuidade das atividades. Ela é regulamentada pela Lei de Recuperações Judiciais e Falências (Lei nº 11.101/2005).

Ao optar pela recuperação judicial, a empresa busca renegociar suas obrigações com os credores e propor um plano de pagamento, visando a manutenção dos empregos, a continuidade das operações e a solução do passivo existente.

Uma medida muito útil quando a empresa passa por dificuldades financeiras temporárias, como falta de fluxo de caixa, dívidas vencidas ou acúmulo de passivos. Permite que a empresa suspenda ações e execuções judiciais movidas pelos credores, proporcionando um ambiente favorável para a negociação e o cumprimento do plano de pagamento.

Durante esse processo, a empresa tem a oportunidade de apresentar uma proposta de pagamento, que inclui medidas como renegociação de dívidas, prazos estendidos de pagamento, redução de juros e até mesmo a conversão de dívidas em participação societária. Essa proposta precisa ser aprovada pelos credores e, ao final, haverá a validação das condições pelo juiz responsável pelo caso.

A recuperação judicial visa, portanto, preservar a empresa como uma unidade produtiva viável, possibilitando a reestruturação financeira e o pagamento dos credores de forma parcelada e negociada. É importante ressaltar que esse processo envolve um acompanhamento judicial rigoroso e exige transparência e comprometimento da empresa no cumprimento da proposta de pagamento.

A LBZ com toda a sua experiência no tema pode fornecer conselhos e orientações valiosas quando se trata de apresentar um pedido de recuperação judicial. Seus profissionais são altamente conhecedores de todos os aspectos da legislação que envolve processos de recuperação judicial. Eles podem auxiliar na identificação de questões que possam levar a uma solução bem-sucedida, bem como evitar quaisquer possíveis bloqueios ou problemas.

Além disso, a LBZ também pode fornecer conselhos sobre a melhor maneira de preparar seus documentos financeiros para que atendam aos critérios legais para aprovação de um plano de recuperação judicial. Isto inclui fornecer assistência na análise de sua situação financeira, revisar demonstrações financeiras e determinar as condições de benefícios qualificáveis. Além disso, eles podem revisar todas as informações disponíveis relacionadas ao seu caso e certificar-se de que elas sejam representadas com precisão com a documentação de apoio.

Finalmente, a LBZ pode lhe dar tranquilidade de que sua recuperação judicial será devidamente preparada e apresentada com a melhor chance de sucesso. Eles podem fornecer orientações fáceis de entender que levem em conta a situação particular, tornando todo o processo menos estressante para a empresa.

# PRINCIPAIS DÚVIDAS

## QUEM PODE PEDIR RECUPERAÇÃO JUDICIAL?

As empresas que exercem atividades econômicas de forma organizada, visando à produção ou à circulação de bens ou à prestação de serviços, com finalidade de lucro, sejam estas empresas individuais ou sociedades. Isso inclui empresas de pequeno, médio e grande porte, desde que estejam enfrentando dificuldades financeiras que comprometam sua viabilidade econômica. Além das empresas, também podem solicitar a recuperação judicial o produtor rural pessoa física ou jurídica.

## QUANTO DURA UM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL?

A duração de um processo de recuperação judicial pode variar significativamente de acordo com diversos fatores, como a complexidade do caso, o número de credores envolvidos, a colaboração das partes, entre outros. Portanto, não há um prazo fixo estabelecido por lei para a conclusão do processo. Em geral, o processo de recuperação judicial pode levar cerca de 2 anos para ser finalizado. Durante esse período, são realizadas diversas etapas, como a apresentação do plano de recuperação, a realização da assembleia geral de credores, entre outras.

## O QUE É A ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES?

A assembleia geral de credores é uma reunião convocada durante o processo de recuperação judicial, com o objetivo de permitir que os credores deliberem e votem questões relacionadas à recuperação judicial. Essa assembleia é um dos momentos cruciais do processo, pois é nela que se busca obter o apoio e a aprovação dos credores para o plano de recuperação apresentado.

Durante a assembleia, são discutidos e votados assuntos como a aprovação do plano de recuperação, a forma de pagamento dos créditos, a possibilidade de concessão de descontos ou prazos diferenciados, entre outras questões relevantes para a viabilização da recuperação da empresa. Cada credor tem direito a voto e voz neste momento.

---

## O QUE FAZ O ADMINISTRADOR JUDICIAL?

O administrador judicial desempenha um papel fundamental no processo de recuperação judicial. Ele é um profissional nomeado pelo juiz responsável pelo caso e atua de forma imparcial, fiscalizando as atividades da empresa em recuperação. Em outras palavras, o administrador judicial exerce um papel de supervisão, buscando equilibrar os interesses da empresa em recuperação e dos credores, e assegurando a transparência e a correta condução do processo.

## QUAIS OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DE UMA RECUPERAÇÃO JUDICIAL?

A recuperação judicial oferece uma série de benefícios tanto para a empresa em dificuldades financeiras quanto para seus credores. Alguns dos principais benefícios são:

- **Suspensão das execuções:** Ao entrar com o pedido de recuperação judicial, a empresa obtém seu stay period ou a suspensão das ações de cobrança e execução por parte de seus credores. Isso evita a penhora de bens e dá um alívio temporário para negociar as dívidas.
- **Negociação das dívidas:** Durante o processo de recuperação judicial, a empresa tem a oportunidade de negociar suas dívidas com os credores. Isso pode envolver a renegociação dos valores, a concessão de descontos, a extensão de prazos de pagamento e outras condições mais favoráveis. Essa negociação visa viabilizar o pagamento das dívidas de acordo com a capacidade financeira da empresa.
- **Preservação das atividades empresariais:** A recuperação judicial permite que a empresa mantenha suas atividades, evitando a paralização. Isso é benéfico tanto para os funcionários, que mantêm seus empregos, quanto para a economia, que não sofre o impacto da interrupção das operações da empresa.

- **Possibilidade de reestruturação:** A empresa em \tem a oportunidade de reestruturar suas operações, identificar problemas financeiros e adotar medidas para melhorar sua eficiência e sustentabilidade no longo prazo. Isso pode envolver a revisão de processos internos, a busca por novos mercados, a redução de custos, entre outras estratégias.
- **Superação da crise econômico-financeira:** A recuperação judicial oferece um ambiente ordenado e estruturado para que a empresa supere sua crise econômico-financeira. Com o auxílio do plano de recuperação aprovado, a empresa pode reequilibrar suas finanças, retomar a lucratividade e se tornar novamente viável.

**É importante destacar que os benefícios da recuperação judicial podem variar de acordo com cada caso específico. Cada empresa enfrenta desafios e circunstâncias únicas, e é fundamental buscar o apoio de profissionais especializados para avaliar e orientar o processo.**



LBZ

# SOBRE A LBZ

Com 25 anos de mercado, a LBZ Advocacia prima pela qualidade em seus serviços e pela parceria nos negócios dos clientes.

Aliamos experiência e atualização constante para oferecer soluções jurídicas diferenciadas e assertivas.

Nosso objeto é sermos parceiros estratégicos no desenvolvimento de negócios, sempre prontos para superar os desafios e as transformações do mercado.

Entre nossos diferenciais estão o equilíbrio entre a técnica jurídica e a visão empresarial, além da estruturação de projetos multilaterais, que contam com profissionais de diferentes especialidades.

Temos orgulho de nosso time jovem e combativo, que busca sempre oferecer as melhores soluções para os clientes.

LBZ | Leite de Barros Zanin  
Advocacia

25  
anos

# CONTATOS



(11) 3043.4888



contato@lbzadvocacia.com.br



Av. Nove de Julho, 3.893 - São Paulo - SP

